

© Francisco C. Weffort, 2006

Diretor editorial adjunto
Coordenadora editorial
Editores assistentes
Preparação de texto
Revisão
Índice remissivo

Fernando Faixão
Gabriela Dias
Leandro Sarmatz e Baby Siqueira Abrão
Sérgio Alcides
Ivany Picasso Batista (coord.), Ana Luiza Couto e
Luicy Caetano de Oliveira
Verba Editorial

ARTE
Projeto gráfico e capa
Edição
Assistente
Editoração eletrônica
Pesquisa iconográfica
Mapa

Paula Astiz
Antonio Paulos
Claudemir Camargo
Paula Astiz Design e Divina Rocha Corte
Silvio Klugin (coord.) e Angelita Cardoso
Maps World

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

W421f

Weffort, Francisco C. (Francisco Weffort)

Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens/Francisco C. Weffort - São Paulo: Ática, 2006
360p.

Inclui bibliografia
ISBN 85-08-10155-4

1. Ciência política - Brasil - História. 2. Ciência política - Brasil - Filosofia. 3. Brasil - Política e governo. 4. Intelectuais - Brasil. 5. Brasil - Civilização. 6. Cultura - Brasil. I. Título.
06-0325.

CDD 320.981
CDU 32(81)

ISBN 85 08 10155-4 (aluno)
ISBN 85 08 10160-0 (professor)

2006

1ª edição

1ª impressão

Impressão e acabamento: Gráfica Palas Athena

Todos os direitos reservados pela Editora Ática, 2006
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 - São Paulo, SP - CEP 02909-900
Tel.: (11) 3990-2100 - Fax: (11) 3990-1784
Internet: www.atica.com.br - www.aticaeducacional.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



SUMÁRIO

Prefácio	7
Parte I – As duas faces do Ocidente	
Capítulo 1 – As escritas de Deus e as profanas	17
Capítulo 2 – Tempos dos descobrimentos	33
Capítulo 3 – Conquistadores e índios	61
Parte II – Brasil Colônia	
Capítulo 4 – Século XVI – Jesuítas e colonos: tempos de Manuel da Nóbrega	89
Capítulo 5 – Século XVII – Antônio Vieira: a palavra e o fogo	105
Capítulo 6 – Século XVIII – Verney e Pombal: Ilustração e despotismo	135
Parte III – Brasil Império	
Capítulo 7 – Primeiro Reinado – José Bonifácio e Bernardo de Vasconcelos: liberalismo e conservadorismo	163
Capítulo 8 – Segundo Reinado – José de Alencar: indianismo e conservadorismo	187
Capítulo 9 – Segundo Reinado – Joaquim Nabuco: a escravidão e a “obra da escravidão”	203
Parte IV – Primeira República	
Capítulo 10 – Euclides da Cunha: A República e o sertão	223
Capítulo 11 – Oliveira Vianna: Transição da Primeira à Segunda República	249
Parte V – Segunda República	
Capítulo 12 – Gilberto Freyre: o povo mestiço	275
Capítulo 13 – Desenvolvimento e democracia: Helio Jaguaribe e os primeiros anos do ISEB	297
Posfácio – História das idéias e do pensamento político	323
Bibliografia	337
Índice remissivo	345
Roteiro de imagens	359

O L I V E I R A V I A N A

TRANSIÇÃO DA PRIMEIRA À SEGUNDA REPÚBLICA

O latifúndio é o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional.

O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem de caravana, o homem que procura um chefe, e sofre uma como que vaga angústia secular todas as vezes em que, por falta de guia, tem necessidade de agir por si, automaticamente.

OLIVEIRA VIANA



Oliveira Viana, a sociedade "insolidária", nova imagem do país sem povo.

As idéias da "era Vargas" vêm de um passado distante. Anteriores ao próprio Getúlio Vargas (1883-1954), permaneceram influentes por vários decênios depois da sua morte. Nascido no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas foi deputado estadual em 1909, deputado federal em 1923, ministro da Fazenda em 1926, governador de seu estado em 1928. Sua projeção nacional veio com a revolução de 1930, da qual foi o principal líder. Foi chefe do governo provisório em 1930, presidente constitucional em 1934, ditador em 1937, deposto em 1945. Eleito presidente em 1950 pelo voto popular, sofreu quase ao fim do seu mandato, em 1954, uma crise política que o levou ao suicídio. Sua morte causou enorme impacto na opinião pública e assegurou dez anos de sobrevivência política seus seguidores, representados nos governos de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e João Goulart (1961-1964). Tendo ocupado a cena política brasileira durante os decênios de após 1930, sua influência se estendeu depois da sua morte, por meio de seus seguidores e até mesmo de seus antigos adversários. Assim como as idéias da "era Vargas", as instituições criadas por ele sobrevivem até hoje.

As diversas biografias e os estudos monográficos sobre Vargas e seus períodos de governo não tornam mais fácil esclarecer as convicções pessoais de um líder cujas idéias estiveram sempre envolvidas em dúvidas e até mesmo num mistério que o suicídio tornou mais denso. Mas não é difícil imaginar que alguns dos princípios que adotou como político e chefe de

Estado remontam ao centralismo do Império, talvez mesmo ao Iluminismo despótico do Marquês de Pombal. Em todo caso, teriam sido princípios mais antigos do que as tinturas do positivismo de Auguste Comte (1798-1857) que recebeu no início do século XX, como muitos jovens da elite republicana da época. No estado atual dos estudos sobre Vargas, temos que nos contentar com o significado mais geral de suas idéias, aquele que se revela em seus feitos. Um procedimento indispensável no caso de um personagem histórico que se caracterizou como o mais contraditório e paradoxal da história brasileira do século XX.

O certo é que Getúlio Vargas estabeleceu as bases do país industrial, do Estado e da nação brasileira que se conhecem na virada para o século XXI. Entre suas qualidades como estadista estava a de haver percebido as possibilidades inovadoras da época de crise e de mudanças em que viveu. Homem de formação tradicional, de família de estancieiros do sul do país, ele foi tão contraditório quanto muitos dos acontecimentos da época em que viveu. Como a história de Pombal, a de Getúlio Vargas se inscreve entre as dos estadistas que em algum momento acreditaram perceber o germe de modernidade embutido na tradição do país em que nasceram. Vargas terminou a vida tragicamente, mas consagrado entre os trabalhadores e o povo pobre do país. Foi também execrado por parte significativa das elites, que só agora, mais de meio século depois de sua morte, parecem capazes de reavaliar sua significação histórica com isenção. Vargas expressou sempre uma enorme sensibilidade para as circunstâncias e para as possibilidades do presente, revelando-se portador de alguns traços típicos da tradição luso-brasileira. De um modo ou de outro, construiu um projeto nacional aos pedaços, e fez o país sair para a frente.

Um novo começo do pensamento brasileiro

O Brasil de Vargas sofreu os efeitos recessivos da crise de 1929, como outros países na América e no mundo. Mas os efeitos econômicos da crise, embora enormes, não devem fazer esquecer que nem só de economia se faz a história. Na mesma época, observa-se uma outra realidade, que tem mais a ver com a cultura e com a política, e que permitiu ao Brasil aproveitar as oportunidades que a crise abria para seu desenvolvimento e modernização. Num ambiente em que a florescente economia do café contrastava, desde a segunda metade do século XIX, com a decadência das minas e das velhas regiões açucareiras, aumentavam de há muito as insatisfações das classes médias urbanas, peque-



Latifundiário e estancieiro, Getúlio Vargas iniciou a transformação do Brasil em país urbano e industrial.

nas em número, mas expressivas nas agitações da opinião. Bem antes de 1929, muitos percebiam que o país agrário das oligarquias, federalista e liberal, devia buscar um novo rumo.

Na crise do mundo agrário, o pensamento social e político teve um novo começo que se beneficiou de aberturas para o mundo criadas pela revolução de 1930. Alguma aproximação entre os intelectuais e as autoridades revolucionárias se prolongou mesmo quando a revolução se converteu em ditadura, no Estado Novo (1937-1945). Isso se deveu, em grande parte, ao êxito de Gustavo Capanema (1900-1985) no Ministério da Educação, reunindo à sua volta intelectuais e artistas de diversas correntes de idéias: entre outros, os ensaístas Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e Mário de Andrade (1893-1945); o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987); os músicos Heitor Villa-Lobos (1887-1959), Francisco Mignone (1897-1986) e Guiomar Novaes (1896-1979); o pintor Candido Portinari (1903-1962); os arquitetos Oscar

Niemeyer (n. 1907), Lúcio Costa (1902-1998) e Le Corbusier (1887-1965); o educador Lourenço Filho (1897-1970).¹

Se a cultura de algum modo se beneficiou da revolução e das novas circunstâncias políticas, também é certo que a política daqueles anos se beneficiou com uma elaboração cultural anterior, que vem desde os anos 1920, e que, em parte, se desenvolveu em paralelo aos acontecimentos da revolução e do Estado. Nas décadas de 1920 a 1940, encontram-se as primeiras e inspiradoras obras de Oliveira Viana (1883-1951), Gilberto Freyre (1900-1987), Caio Prado Jr. (1907-1980) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que estabeleceram as premissas de uma teoria da sociedade e do desenvolvimento social do país.² São daqueles decênios alguns livros que se consagraram como as “interpretações do Brasil”: *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, saiu em 1920; *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, mesmo ano de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr.; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, veio três anos depois, em 1936. Dos mesmos autores, vieram ainda, no decênio de 1940, outras obras notáveis, como *Instituições políticas brasileiras*, de Oliveira Viana; *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre; e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr.

Os livros que menciono acima não são as únicas obras importantes desses autores, mas as primeiras. Especialmente as dos anos 1920 e 1930 podem ser tidas como obras de juventude desses autores, cujas carreiras prosseguiram depois delas em rica produção intelectual. Essas obras são as que estão mais diretamente ligadas à emergência do Brasil moderno, e são por isso aquelas que chamam a minha atenção neste capítulo e no seguinte. Não obstante as muitas diferenças, esses autores assinalam, nessas obras juvenis, o surgimento de um novo pensamento brasileiro. Mais do que por sua produção intelectual posterior, foi por esses livros que eles se converteram, por assim dizer, em pensadores canônicos da etapa inicial da conversão de país agrário em país indus-

1. Ver: BOMENY, Helena Maria; COSTA, RIBEIRO, Vanda Maria; SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Além do papel aglutinador de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, Daniel Pécaut ressalta o da revista *Cultura Política*, sob a direção de Lourival Fontes, que deu espaço, além de conservadores como Francisco Campos e Azevedo Amaral, também para Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré. Ver: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990. p. 69-70.

2. Acompanho Antonio Candido quanto a *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. A esses livros acrescento *Populações meridionais*, de Oliveira Viana, nesse caso acompanhando outros estudiosos que vêm resgatando a importância desse autor no pensamento brasileiro; cf. a introdução de Antonio Candido a *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004).

trial. Em meio às polêmicas intelectuais de um período crítico da história, eles deram a reconhecer aspectos novos da identidade do povo brasileiro.

Com a exceção de Oliveira Viana, esses “ensaístas do Brasil” não foram partidários de Getúlio Vargas. Mas também é certo que, com a exceção do comunista Caio Prado Jr., que foi perseguido e preso em 1935, nunca estiveram tão distantes que não pudessem ter momentos de convivência com o governo. Quanto a Oliveira Viana, um dos mais importantes pensadores do período, tornou-se consultor jurídico do Ministério do Trabalho em 1932. Permaneceu no governo até 1940 e foi um dos principais autores das leis sociais e sindicais criadas pela ditadura – aliás, até hoje vigentes, com poucas modificações.³

Oliveira Viana: precursores

Como seria de supor de intelectuais do Brasil da Primeira República, Oliveira Viana era, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., um filho de família tradicional. Diz um historiador que o autor de *Populações meridionais* era membro de uma família de proprietários rurais, no estado do Rio de Janeiro, e que “confessava uma ‘infinita ternura’ pela gente humilde que mourejava à sombra nem sempre grata dos fazendeiros”: (...) “toda minha obra respira uma ‘íntima simpatia’ por essa gente”.⁴ Nascido nos últimos anos do Império e da escravidão (uma geração antes de Gilberto Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.), Oliveira Viana formou-se numa época caracterizada pelo positivismo, eivada dos determinismos do clima e do meio natural e de racismos diversos.

Embora viesse a se caracterizar como um crítico das influências estrangeiras no pensamento nacional, Oliveira Viana não podia – como, aliás, nenhum intelectual expressivo daqueles tempos – escapar de algum deslumbramento por idéias e modelos que vinham de fora. Na passagem do século XIX para o XX, ele se formou debaixo de forte influência de nomes europeus, na maior

3. Por razões políticas e ideológicas, Oliveira Viana é um dos autores mais controversos dentre os “intérpretes do Brasil”. Dante Moreira Leite considera que “a obra de Oliveira Viana não resiste a nenhuma crítica”, e entende alguns de seus raciocínios como formas de “delírio”. Polemiza assim com Wilson Martins, que atribui a Oliveira Viana “toda a moderna orientação de nossos estudos de sociologia e de psicologia social”, e associa suas propostas dos anos 1920 ao “desenvolvimentismo” dos anos 1950; cf. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2002. p. 290-304; Dante acompanha Nelson Werneck Sodré, em *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

4. CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Viana*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 28.

parte franceses, como o conde Joseph-Arthur de Gobineau (1816-1882) e Louis Agassiz (1807-1873). Além dos franceses, havia a influência do inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862), que, numa extensa obra de história da civilização, deixou escapar em relação ao Brasil um pessimismo também frequente em intelectuais brasileiros da época.⁵ Entre os latino-americanos, a presença mais antiga de Domingo Faustino Sarmiento e a mais recente de José Ingenieros (1877-1925).

A historiografia brasileira ainda seguia as velhas orientações historicistas de meados do século XIX, inspiradas na busca de uma identidade nacional. Seguiu as sugestões de Karl Friedrich von Martius em *Como escrever a história do Brasil* (1840) e da monumental *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857).⁶ Esses autores definiam a base do ensino de história no país na passagem do século, não obstante as inovações de perspectiva de Capistrano de Abreu (1853-1927), com os *Capítulos de história colonial* (1907), buscassem estimular um melhor conhecimento da formação do interior do país. De conjunto, era uma historiografia pobre na interpretação das forças sociais, econômicas e culturais que moviam a história oficial, concentrada em grandes personalidades e acontecimentos.

Há, porém, que matizar um pouco esse quadro, abrindo-o para o reconhecimento de exceções, sem as quais se tornaria incompreensível o surgimento de Oliveira Viana e dos demais “ensaístas do Brasil”. Entre estas, algumas são verdadeiramente notáveis, como os escritos abolicionistas e a obra de historiador de Joaquim Nabuco e o extraordinário impacto de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Nas gerações que precederam Oliveira Viana registre-se ainda, ao lado da historiografia oficial, um movimento de renovação de idéias, de que participou, entre outros, Sílvio Romero.

No discurso com que recebeu Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em 1906, Romero criticou com ênfase a cultura do Segundo Reinado: “a inteligência nacional andava encurralada num círculo de romanticismo caduco e de metafisismo banal, envoltos ambos numas retóricas soavadas, balofas, inanes, em que velhas frases eram glorificadas e erigidas à cultura de teses científicas, de pilastras eternas do verdadeiro. Em política o Visconde do Uruguai e o conselheiro Zacarias de Góis esbofavam-se por estabelecer a exata doutrina acerca da natureza e limites do poder moderador”. Esse crítico

5. SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 45.

6. WEHLING, *A invenção da história*, cit., ver caps. 9 e 10.

severo podia ter também ímpetos de entusiasmo e esperança, raros entre os intelectuais da sua época: “O Brasil é fatalmente uma democracia. Filho da cultura moderna, nascido na época das grandes navegações, (...) ele é, além do mais, o resultado do cruzamento de raças diversas (...). Ora, os dois maiores fatores de igualização entre os homens são a democracia e o mestiçamento”.⁷ Eis todo um programa de idéias novas, só parcialmente acolhido por Oliveira Viana, mas desenvolvido décadas depois por Gilberto Freyre.

Oliveira Viana não foi uma exceção numa época de predominância racista, com todas as oscilações de um pensamento que tinha também algo de moda intelectual. Mas também é certo que, nos momentos iniciais do século XX, começavam a surgir os primeiros críticos do racismo. Manuel Bonfim (1868-1932) criticou o racismo e os determinismos em *A América Latina* (1905), e em outro livro antecipou uma visão culturalista que se tornou, décadas depois, dominante no pensamento brasileiro. “Somos um povo cruzado, e povos cruzados serão sempre aquilo em que se fizeram expressão de misturas combinadas.” Em outras palavras, “o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura”. Segundo Flora Süssekind, a obra de Manuel Bonfim também se antecipa à do mexicano José Vasconcelos (1882-1959), *La raza cósmica* (1925), com a sua “utopia híbrida”, na qual uma “fusão de estirpes” prepararia “o rico plasma da humanidade futura”. Os sentimentos que afloravam no Brasil desabrochavam também em outras partes da América ibérica.⁸

Talvez se possa afirmar – e o fazem alguns comentadores – que Oliveira Viana não permaneceu tão distante dessas novas influências como pode parecer à primeira vista. No ecletismo mais ou menos inevitável na época, podemos tomá-lo também, sob certos aspectos, como um culturalista, embora não tenha sido esse, com certeza, o traço dominante em seu pensamento.⁹ De grande influência sobre Oliveira Viana foi Alberto Torres (1865-1917), ex-ministro de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República, governador do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e ministro do Supremo Tribunal de Jus-

7. Sílvio Romero, apud ALENCAR, José Almino de. *O Brasil é fatalmente uma democracia*: Sílvio Romero. *Tempo Brasileiro*, 145, abril/junho de, 2001. Ver ROMERO, Sílvio. *Introdução a doutrina contra doutrina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 72.

8. BONFIM, Manuel. *O Brasil na América*, apud Flora Süssekind, *Introdução a Manuel Bonfim, A América Latina*. In: SANTIAGO (Org.) *Intérpretes do Brasil*, cit., v. 1, p. 615.

9. José Murilo de Carvalho, que reconhece tendências culturalistas em Oliveira Viana, assinala também que esse autor “esboçou uma crítica de Franz Boas, o mestre de Gilberto Freyre e o responsável pela guinada nos estudos antropológicos pela ênfase dada à cultura em substituição à raça”; J. M. de Carvalho, *Introdução a: estudos antropológicos pela ênfase dada à cultura em substituição à raça*; J. M. de Carvalho, *Introdução a: estudos antropológicos pela ênfase dada à cultura em substituição à raça*, v. 1, p. 908. VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. In: SANTIAGO (Org.) *Intérpretes do Brasil*, cit., v. 1, p. 908.



Colheita de café em São Paulo, 1930:
crise do mundo agrário abriu espaço para um novo modo de pensar o Brasil.

tiça. Nos dois livros que publicou, em 1914, *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, reuniu artigos e ensaios nos quais fazia a crítica do federalismo e pregava a centralização do poder. É só na década de 1920, porém, já em meio à crise da velha República agrária, que essas idéias chegariam a frutificar, nas obras de outros autores. Desses, o mais importante foi Oliveira Viana, em controvérsias políticas e culturais de grande projeção histórica.

O primeiro sociólogo

Populações meridionais do Brasil, escrito em 1918, foi publicado em 1920. Trata-se, portanto, de um livro contemporâneo da crise da República agrária, anterior de quase dez anos à grande crise econômica de 1929 e à revolução de 1930. Talvez por isso tenha parecido mais ajustado ao tom da mentalidade conservadora inscrita na realidade do país do que os primeiros livros de Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda. Embora com uma vasta bibliografia que se estende até os anos 1940, Oliveira Viana foi, sobretudo, um herói intelectual dos anos 1920. *Populações meridionais* teve tamanho êxito que seu autor se sentiu estimulado a publicar, quase de imediato,

uma série de livros, todos relativos à formação social e política do Brasil: *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922), *O ocaso do Império* (1925) e *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), sem esquecer *Problemas de política objetiva*, embora este publicado em 1930. Essa apertada seqüência levou um crítico a dizer, com ironia, que na década de 1920 “grasava Oliveira Viana”.¹⁰

Oliveira Viana foi, decerto, um conservador, mas também um inovador. Os temas centrais de sua obra, nas palavras de João Cruz Costa, foram “o sertão, as raças e a centralização política”. Se entendermos que a referência às raças era, na época, uma forma indireta, no mais das vezes negativa, de referência ao povo, foram também esses os temas centrais do pensamento do seu tempo.¹¹ É sabido que sua visão do Brasil incluía um declarado menosprezo pelo mestiço e pelo negro, ao lado de um entusiasmo por um aristocratismo arianista que identificava nos primeiros colonizadores portugueses.

Não obstante esses compromissos conservadores, Oliveira Viana criou os fundamentos da sociologia brasileira, dando continuidade a intuições anteriores de Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha.¹² Ele estabeleceu uma distinção de regiões na análise da sociedade brasileira que deixou para trás as velhas abordagens do país como um todo uniforme. Definiu assim uma perspectiva intelectual que, de algum modo, se “incorporou ao cânone interpretativo de nossa realidade”. Estudando no seu primeiro livro as populações rurais do sudeste (Rio, São Paulo e Minas), ele se propunha pesquisar nas próximas obras as do sul e do norte.¹³

Algumas de suas inovações terminaram se impondo aos demais “ensaístas do Brasil”, numa antecipação intelectual, mais do que cronológica. Apesar de racista, conservador e autoritário, ou talvez por isso mesmo, o fato é que Oliveira Viana inaugurou a agenda dos debates intelectuais dos anos 1920 e 1930.

10. BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. Tese de Livre Docência, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, agosto de 2004, p. 42. Sobre o pensamento de Oliveira Viana, ver também J. M. de Carvalho, Introdução a: VIANA, loc. cit., p. 899-914, e, do mesmo autor, *Autopia de Oliveira Viana*, op. cit. Ver ainda, de Maria Herminia Tavares de Almeida, *Oliveira Viana – instituições políticas brasileiras*. In MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil – um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999.

11. João Cruz Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 441.

12. Oliveira Viana seguiu, provavelmente, em sua primeira percepção das regiões brasileiras, intuições de Joaquim Nabuco, no *Abolicionismo*, e de Euclides da Cunha, n'Os sertões e nos escritos sobre a Amazônia.

13. Ver: Carvalho, Introdução a: VIANA, loc. cit., p. 907.

Nesse sentido, não creio que haja exagero na afirmação de que sua influência chegou aos anos 1950, por meio de alguns intelectuais filiados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).¹⁴

Anos 1920, uma década de crise

Algo da força de Oliveira Viana nos anos 1920 tem a ver com as respostas que ofereceu para a atmosfera de crise daqueles tempos. Seu primeiro livro surgiu dois anos antes de acontecimentos que assumiram na história brasileira o sentido simbólico de um aprofundamento da crise da República agrária. O ano de 1922 foi marcado pelo episódio dos “dezoito do forte de Copacabana”, da rebelião de jovens oficiais que iniciou o movimento “tenentista”. Esse movimento, que teria seqüência em várias rebeliões, inclusive na de São Paulo, em 1924, culminou em 1926 com a “coluna Prestes”. É também de 1922 a famosa Semana de Arte Moderna, em São Paulo, impulsionando uma ruptura com os padrões tradicionais nas artes e estimulando os intelectuais a um encontro com o país real.

Surgiu no mesmo ano o Partido Comunista, de pequena influência, mas renunciando o que viria a ser a Aliança Nacional Libertadora e sua tentativa de insurreição em 1935. Também de 1922, o governo de Artur Bernardes (1875-1955) operou seus quatro anos de gestão por meio do estado de sítio, irredutível a qualquer compromisso com os oposicionistas. Incapaz de evitar o desgaste crescente do sistema oligárquico, o governo seguinte (1926-1930), de Washington Luís (1869-1957), não teve como evitar que em 1929 a disputa rompesse o sistema, abrindo caminho para a revolução. Ampliada pelas polarizações ideológicas da Europa de entre-guerras e agravada pela crise econômica de 1929, a controvérsia política se tornaria lugar comum no cenário brasileiro no decênio de 1920 e nos seguintes.

Além do conservadorismo, em especial um racismo que alguns anos depois serviria para estigmatizá-lo, Oliveira Viana trazia em *Populações meridionais*, as bases de uma concepção autoritária do Estado que também pouco contribuiu para a sua popularidade entre os intelectuais, muitos deles com uma inclinação à esquerda. Sua concepção do Estado alimentava-se de um pensamento de longas raízes na política do Império, sobretudo em Paulino José de Sousa, o visconde do Uruguai, e José Antônio Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente. Como seus precursores, Oliveira Viana expressava-se a

14. Guerreiro Ramos, crítico do racismo, ressalta, porém, em Oliveira Viana, a adesão a um critério nacional para o estudo das realidades brasileiras.

favor de uma centralização do poder que entendia menos como um fim em si e mais como um meio necessário para que o povo fosse educado e organizado para o exercício da democracia.

Era, sem dúvida, um autoritarismo, mas que se propunha como provisório, destinado a desaparecer quando atingisse seu objetivo. E, contudo, esse “autoritarismo instrumental” sobreviveu não apenas ao Império. Sobreviveu também à Primeira e à Segunda Repúblicas, estabelecendo-se como parte da cultura política brasileira. No regime militar (1964-1985), conviveu com visões governistas que limitavam o significado da democracia (“democracia relativa”) e, nas áreas de oposição, com teorias de uma “democracia substantiva” que, mais do que o respeito em razão das “regras do jogo”, punham em destaque seu conteúdo social e econômico. É muito recente na história brasileira a concepção da democracia política como um valor em si, contemporânea dos movimentos democráticos que, nos anos de 1980, dão fim ao regime militar. É também recente o resgate de Oliveira Viana como sociólogo como parte de um movimento de idéias que, em princípio, voltam-se contra as suas premissas ideológicas e políticas.¹⁵

Em todo caso, mesmo como conservador, Oliveira Viana pertencia a uma época de transição, e desejava mudar o país, nisso participando da inconformidade comum aos intelectuais em qualquer tempo em países como o nosso. Apegado ao interior, de pequenas cidades, predominantemente rural, foi o típico intelectual de uma época em que mesmo os grandes aglomerados urbanos como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife (sem esquecer Niterói, capital de seu estado), eram pequenos diante da enormidade do mundo rural. Esse pequeno mundo urbano era ainda menor na visão de Oliveira Viana, fascinado com a vastidão quase infinita de um passado agrário, que ele se dedicou a resgatar em sua obra. Além da atmosfera conservadora em que se formou, há que considerar ainda que ele próprio, como pessoa, parecia infenso ao gosto pelas novidades, tendo vivido quase sempre enfiado no interior do estado onde nascera.

O autor de *Populações meridionais* não participou do movimento modernista, o que ocorreu com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e muitos outros. Não

15. Vem sendo feito por diversos autores, entre os quais Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, José Murilo de Carvalho e Luiz Jorge Werneck Vianna. Enquanto alguns desses autores colocam a ênfase na dimensão político-institucional, mencionando um “autoritarismo instrumental”, outros preferem uma perspectiva civilizacional. Diferentemente de Wanderley Guilherme dos Santos, que fala de um “autoritarismo instrumental”, Werneck Vianna fala de um “iberismo instrumental”, contrapondo o “americanismo” e o “iberismo”, retomando notas do ensaísmo ibero-americano e o argumento de Richard Morse em *Espelho de Próspero*, cit.

se conhece dele nenhuma intenção de rupturas com o passado que renovassem o pensamento e as artes no Brasil. “Alguns modernistas, senão todos, deixavam-se fascinar pela técnica do mundo moderno, pelas máquinas, pelas invenções, pelas grandes metrópoles. Nada disto atraía Oliveira Viana.”¹⁶ Por outro lado, vale a pergunta: teria o modernismo que agitava alguns salões de São Paulo força bastante para chegar às vizinhanças de Niterói? Teria o conservador Oliveira Viana motivos para sair de seus cuidados, deixando-se impressionar pelo modernismo?

Os modernistas buscaram, ao mesmo tempo, inspirar-se nas formas européias contemporâneas da arte, e resgatar, em nome da autenticidade nacional, valores estéticos e culturais do passado. Eram assim desde o início paradoxais as formas estéticas por meio das quais procuravam reconhecer os sinais de uma época de acelerada modernização da sociedade. Aumentou em alguns círculos a influência dos iconoclastas da cultura, mas os santos barrocos permaneceram venerados em seus nichos. Oscilando entre o cosmopolitismo e o nacionalismo, o modernismo trouxe também o engajamento de muitos intelectuais que ingressariam na cena política nos anos seguintes. Alguns se encaminharam para a direita, no Integralismo, e outros para movimentos de esquerda.

Embora pretendessem seguir nas artes o exemplo das vanguardas européias, os modernistas queriam também pesquisar os “alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz da sua inventividade”. Foram, portanto, partícipes de “uma modernidade ideológica e irônica (...) que mescla o cosmopolita e o nacional, mas que representa, sobretudo, uma opção pelo nacional”.¹⁷ Embora pudesse ser atraído por essa pesquisa do passado e dos “alicerces da nacionalidade”, Oliveira Viana permaneceu alheio ao movimento. Um motivo evidente é o da recusa de suas pretensões renovadoras. Outro motivo possível seria que ele não precisava tornar-se modernista para realizar “uma opção pelo nacional” e uma pesquisa do passado que ele próprio já havia iniciado.

“Nós somos o latifúndio”

Expurgadas do racismo e dos excessos de conservadorismo, algumas idéias de Oliveira Viana passaram a integrar, nos decênios de após 1920, o senso

16. CARVALHO, A utopia de Oliveira Viana, loc. cit., p. 34.
17. Ver: PÉCAUT, op. cit., p. 26,-27.

comum da intelectualidade. Como assinala Gildo Marçal Brandão, “o ponto de partida de *Populações meridionais* parece um ovo de Colombo, embora nem sempre tenha sido aceito como tal”.¹⁸ De fato, algumas de suas idéias passaram a soar como truísmos, esquecidas a sua gênese e o contexto ideológico no qual se formaram.

É o caso, em especial, da definição de Oliveira Viana sobre o papel essencial da grande propriedade da terra na formação da sociedade brasileira. “Nós somos o latifúndio”, dizia. É claro que, na intenção do sociólogo, tratava-se não de uma apologia do *status quo*, mas de um juízo de realidade. Mas, descontado o excesso retórico, que novidade teria tal frase nos ambientes intelectuais dos anos de 1950 e 1960? E, contudo, o êxito de idéias como essa não parece haver aumentado o prestígio do autor, cuja imagem permaneceu tisonada pelo racismo, pelo conservadorismo e pelo autoritarismo.

A sociologia de Oliveira Viana expressava uma sensibilidade para o social, apoiada em uma distinção – ou melhor, no reconhecimento de uma inadequação – entre o “país legal” e o “país real”, na qual é fácil perceber a influência da França católica e conservadora. Ele assinalava aspectos da realidade do país que a inteligência da Primeira República, embaraçada nos formalismos de seu liberalismo, revelava-se incapaz de perceber. No caso do latifúndio, Viana apontava para a realidade das bases sociais do regime: no Brasil, para ele, liberalismo significa nada mais do que caudilhismo local ou provincial.

É dessa visão do desencontro entre o “país político” e o “país real” que vinha o aspecto inovador de sua visão da crise dos anos 1920 e 1930. Procedendo a uma atualização de argumentos já conhecidos no Império, sua crítica tinha como alvo principal o idealismo das elites. Para Oliveira Viana, viveríamos, desde a Independência, “politicamente em pleno sonho”, apartados da “noção objetiva do Brasil real”. Viveríamos rompidos com nosso passado em nome de ideais abstratos de elites que “criam para (seu) uso um Brasil artificial”.¹⁹

Segundo a interpretação de Werneck Vianna, é nessa perspectiva que Oliveira Viana sustenta “a precedência do *Homo sociologicus* sobre o *Homo politicus*”. Essa precedência é raiz comum do pensamento autoritário brasileiro que alimentará também o tronco comum “das interpretações que buscam afirmar a nossa singularidade como país”. Prossegue Werneck Vianna: “na imensa área dos latifúndios agrícolas todas as demais classes sociais e os próprios centros

18. BRANDÃO, op. cit., p. 34.

19. VIANNA, Luiz Jorge Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos. In: BASTOS, E. R.; MORAES, J. Q. de (Orgs.), op. cit., p. 353.

urbanos se encontram submissos às influências e ao prestígio do senhoriato local – eis, aí, a marca da singularidade brasileira e o motivo pelo qual “somos inteiramente outros” em relação à formação das sociedades européias e da americana. Somos inteiramente diferentes mesmo em relação aos argentinos, que desconheciam “a função centrípeta das nossas fazendas autárquicas”.²⁰

Considerado seu débito com os pensadores do Império, a novidade de Oliveira Viana estaria em dar a perceber que aqueles viram o poder dos proprietários de terra a partir do ângulo político, não do ângulo social. Viram o poder dos proprietários por meio dos problemas que estes criavam para o poder central e para a preservação da liberdade daqueles submetidos ao seu domínio. Em face dessa tradição que o influencia fortemente, Oliveira Viana guardava, porém, a originalidade de sua visão sociológica. Sem ignorar os temas da ordenação jurídica e institucional, presente em *O ocaso do Império*, e no cuidado estratégico com que discute as leis sociais do Estado Novo, sem ignorar os temas institucionais, seu ângulo de preferência é a sociedade. Como disse certa vez, ele não podia concordar com os que achavam que o Estado pode tudo. Para ele, se a sociedade não existe como capacidade de representação, existe como problema que o Estado não pode ignorar. Seu ângulo de preferência é o do “país real”.

Oliveira Viana foi o primeiro a formular o conceito do latifúndio como base da sociedade brasileira. O latifúndio existia na colônia como fato, não como conceito. E mesmo quando, no Império, veio a existir como conceito, o foi em caráter excepcional, na obra de Joaquim Nabuco, dedicada essencialmente ao estudo (e ao combate) da escravidão. Mas, se o conceito é tardio, o reconhecimento do fato nasceu com o país. Em fins do século XVI, Gabriel Soares de Sousa (1540?-1591) dizia que “há na Bahia mais de cem moradores que têm cada ano de mil cruzados a até cinco mil cruzados de renda, e outros que têm mais (...), os quais tratam suas pessoas mui honradamente, com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres”. Os luxos desses proprietários de muitas posses de terra são também mencionados por José de Anchieta, que diz que todos têm “muitos escravos e fazendas de açúcar”. Fernão Cardim (1540-1625) fala da hospitalidade dos senhores de engenho, sempre de casa cheia, “parecem condes e gastam muito”. É famosa na historiografia a frase de Antonil (1649-1716), de 1710: “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”.

20. *Ibidem*, p. 375.

Antigo na realidade dos fatos, o latifúndio é, porém, relativamente recente como base de explicação sociológica e histórica da sociedade. Uma descoberta intelectual que, depois de Oliveira Viana, tornou-se, embora com modificações, amplamente aceita. O que ocorreu de um modo tão generalizado que, para muitos, tornou-se difícil aceitar que realmente fosse uma novidade. Como se o conceito tivesse vindo junto com o fato empírico, passou-se a ignorar a primazia de Oliveira Viana ao estabelecer uma premissa fundamental da sociologia brasileira.

Para ele, o latifúndio era o “grande domínio”, concebido à maneira da antiqüidade, como “fazenda autárquica”, e ressaltando, como nos antigos, o poder do *pater-familias*. No clã familiar rural estaria a origem do “clã colonial”, que Oliveira Viana entendia como instituição social nascida das circunstâncias brasileiras, numa época em que já se encontrava decadente em Portugal. Depois que na colônia o poder público fragmentou-se, pulverizou-se e por fim dissolveu-se, “o clã rural foi a unidade social agregadora por excelência na colônia”. Tornou-se a base da sociedade colonial e, no país independente, de uma peculiar estrutura de poder que encontrará no Império e na Primeira República sua forma exemplar.²¹ Nesse sentido, o latifúndio tornou-se “o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional”.

O sociólogo conservador foi seguido nesse ponto pelo marxista Caio Prado Júnior, para quem o clã era “algo específico de nossa organização”, ou seja, de nossa sociedade. Para o marxista, como para o conservador, o clã surgiu numa época colonial em que à autoridade pública “fraca e distante” não restara outro recurso senão reconhecê-lo e adaptar-se. Dava-se, assim, nas palavras de Caio Prado, a “aristocratização do grande proprietário”. Assim como incorporada por Caio Prado Jr., “a linha traçada por Oliveira Viana sobre o problema do clã sobreviveria, através da obra de Gilberto Freyre, na concepção de uma sociedade colonial predominantemente patriarcal”.²²

A novidade de Oliveira Viana foi admitida com facilidade por Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, estendendo-se no travejamento interior de suas obras, talvez porque fossem mais próximos dele no tempo, ainda lembrados de sua

21. A importância do latifúndio em Oliveira Viana é registrada pelos vários autores que participam do livro coletivo organizado por BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Viana*, op. cit.

22. Segundo Arno Wehling, seguiram Oliveira Viana, na afirmação de que, na colônia, a sociedade e particularmente o clã foram mais poderosos do que o Estado português aqui instalado, Gilberto Freyre, Nestor Duarte, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Guilherme de Aragão, por diferentes motivos; cf. WEHLING. *O Estado colonial na obra de Oliveira Viana*. In: BASTOS, E. R.; MORAES, J. Q., op. cit., p. 74-75.

influência nos anos 1920. O “grande domínio” está embutido no conceito da “grande família patriarcal” dos engenhos de açúcar estudados por Gilberto Freyre em Pernambuco, “forma sociológica” que, adverte o autor, encontra-se também em outras regiões, não apenas nos engenhos do Nordeste. Quanto a Caio Prado, em suas críticas à historiografia tradicional, abriu exceção apenas para Oliveira Viana, que, em suas palavras, “foi o primeiro, e o único até agora, a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social no passado”.

Modificando o significado do latifúndio segundo suas próprias preferências teóricas, Caio Prado e Gilberto Freyre passaram a ver nele a base da sociedade. Assim como na “grande família patriarcal” do primeiro, o latifúndio está embutido também na economia da *plantation* de Caio Prado Jr. À semelhança do sul dos Estados Unidos, Caio Prado via na *plantation* a base da economia do café de São Paulo, voltada para o mercado externo, como também o era a economia do açúcar no Nordeste.

Oliveira Viana e Joaquim Nabuco

Quando Oliveira Viana despertou para suas descobertas sobre a sociedade brasileira, o país já havia mudado muito mais do que as preferências da elite para conhecê-lo. Se o pensamento do Império se inclinava para a ordenação jurídico-institucional, não quer isso dizer que ignorasse o plano do social. Quanto ao social, importa ressaltar, porém, que a realidade que os pensadores do Império viam de essencial não era a propriedade da terra, mas a propriedade dos escravos. Até 1850, o que viam de essencial, mais do que a propriedade, era o tráfico dos escravos. Essas questões dominaram as atenções dos melhores pensadores do país até 1888, um ano antes do fim do Império. É esclarecedor, nesse sentido, comparar Nabuco e Oliveira Viana.

Como historiador e como abolicionista, Nabuco é representativo do que havia de mais avançado e moderno no pensamento de sua época, tanto na perspectiva jurídico-política que então prevalecia quanto na perspectiva social que mais o preocupava. Sua sociologia do senhor e do escravo pode ser tomada como precursora da sociologia do latifúndio (Oliveira Viana) e da sociologia da casa-grande e da senzala (Gilberto Freyre). Mas foi com o olho na questão central da escravidão que ele mencionou o poder autocrático do senhor de escravos no seu “feudo” e do “isolamento” que este produzia na sociedade. Foi na perspectiva da destruição da escravidão e da “obra da escravidão” que mencionou a “grande propriedade”.

Lembremos uma vez mais a reflexão de Nabuco: “O Norte todo do Brasil há de recordar, por muito tempo, que o resultado final daquele sistema (escravocrata) é a pobreza e a miséria do país. (...) Como se sabe, o regime da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de grandes propriedades. Esses feudos são logo isolados (...). A divisão de uma vasta província em verdadeiras colônias penais, refratárias ao progresso (...) não pode trazer benefício algum permanente à região parcelada, nem à população livre que nela mora, por favor dos donos da terra, em estado de contínua dependência”.²³

Embora presente no pensamento do grande abolicionista, a figura do grande proprietário de terras aparece, porém, no conjunto de sua obra, sempre misturada com a figura do proprietário de escravos. Não podia, aliás, ser de outro modo. Nabuco entendia que a abolição era o primeiro passo para a criação de uma sociedade livre, de um povo, de uma nação. O segundo passo estaria no combate ao que chamava a “obra da escravidão”, uma perspectiva que se abriria depois da abolição, envolvendo esforços em prol da educação, da melhoria das condições sanitárias e das condições de vida do povo.

Nabuco mencionou também os pequenos proprietários, preocupação das elites governantes desde o Primeiro Reinado, com algumas tentativas de colonização com imigrantes europeus no sul. Considerou ainda a necessidade da imigração, e acreditava, como quase todos em seu tempo, numa estratégia que conduziria ao “branqueamento” do país. Dentre os pensadores do Império, talvez tenha sido ele quem mais apontou os grandes temas que alimentarão o pensamento brasileiro que viria depois dele, em Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e tantos outros. Se José Bonifácio antecipou as idéias do século XIX, Nabuco antecipou as do século XX.

De tudo isso, o mais certo, porém, é que Nabuco foi, sobretudo, um grande abolicionista, um homem do seu tempo. Em seu esforço intelectual e político, o que ele via de fundamental era a necessidade da universalização do trabalho livre como o ponto de partida para a construção da sociedade brasileira com a qual sonhava.

Desse ponto de vista, a novidade da sociologia de Oliveira Viana ao distinguir o latifúndio pode ser tida como um reflexo da Abolição. Um reflexo, portanto, da vitória de Nabuco e dos abolicionistas. Com a Abolição, a base da riqueza e do poder, em vez do escravo, passou a ser a terra. Foi essa a raiz da descoberta intelectual de Oliveira Viana.

23. NABUCO, *O abolicionismo*, cit., p. 102.

O racismo do autor de *Populações meridionais*, mais visível no meio intelectual da década de 1930 do que já o fora nos anos 1920, um racismo do qual se afastou depois, embora sem abandoná-lo de todo, acabaria por empanar o brilho das suas inovações intelectuais, até o ponto de que estas quase se perdessem nos confrontos ideológicos da época. Esquentando as lutas políticas cada vez mais na Europa, com o surgimento do fascismo e do nazismo, muitos intelectuais passaram a expressar adesões democráticas e de esquerda, afastando-se do racismo os que porventura o tivessem aceitado no passado.

Além dos reflexos da conjuntura européia, a instabilidade política no país era notória: a derrota da rebelião de São Paulo em 1932, os freqüentes confrontos entre comunistas e integralistas, a rebelião comunista de 1935, e, finalmente, a ditadura em 1937, depois da qual os integralistas ainda tentaram uma rebelião em 1938. Não é difícil compreender que, como diz Antonio Candido, nos anos 1930, “a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos”. Decaindo a atração de Oliveira Viana, cresceu a dos ensaístas que surgiram nos anos 1930, sobretudo Gilberto Freyre.

O Estado organizador

Nas suas concepções políticas, Oliveira Viana recebeu as influências liberais e conservadoras do Império e mudou-lhes o foco. Nisso, teve a ajuda de seu mestre Alberto Torres, um republicano liberal que, porém, era contrário ao federalismo. Para Alberto Torres, como para São Vicente e Uruguai, a preservação da unidade nacional, assim como a proteção da liberdade individual, não poderia vir do poder privado, representado pelos chefes das oligarquias provinciais em que se dividia o país. Assim como Nabuco acreditava que a abolição só poderia vir do alto, também eles acreditavam que a unidade nacional e a liberdade individual só poderiam ser preservadas a partir de iniciativas do poder central.

Sob a influência de Alberto Torres, Oliveira Viana propugnava antes de tudo pela restauração do Estado central que considerava destruído pelo federalismo republicano. Incorporou também de Alberto Torres tendências ao estatismo e ao nacionalismo, ausentes do pensamento dos liberais do Império. Junto com a crença de origem imperial no papel do Estado como garante da unidade nacional, acrescentava a crença no Estado demiurgo. Deverá tornar-se típica do pensamento de Oliveira Viana a convicção de que, se o Estado não criou a sociedade, deveria ser capaz de moldá-la, organizá-la, a partir da matéria caótica preexistente.

Como é nítido em Uruguai e São Vicente, o pensamento dos conservadores do Império era de corte eminentemente jurídico, político e institucional. Concentrava-se nas questões relativas à organização institucional e ao papel centralizador e unificador da monarquia. A pedra de toque do sistema eram as funções do poder moderador ou do “poder pessoal” do Imperador. O Estado, segundo Uruguai, devia ser entendido, em vez do inimigo a ser combatido pelos liberais, como o principal fator de transformação política que, protegendo a liberdade, criava o espírito público. Era o pedagogo da liberdade, cabendo-lhe educar o povo para a participação na sociedade política.

Onde não havia, como no Brasil, tradição de autogoverno, caberia ao Estado desenvolvê-la. Como bem observa José Murilo de Carvalho, que reconhece em Uruguai “ecos inconfundíveis de Tocqueville”, o pressuposto do conservadorismo do visconde era a crença na liberdade individual. Não obstante sua confiança no Estado, “sua utopia política continuava sendo a sociedade liberal e a política liberal”. Assim, a ênfase na centralização estatal não envolvia um autoritarismo como um fim em si.²⁴ Também por isso, não era alheia, no campo das idéias, a certos representantes do liberalismo monarquista.

Distante de Nabuco em muitos aspectos, em especial em sua descrição da estrutura social, Oliveira Viana se aproximou da sua sociologia política. Distanciava-se do abolicionista porque este era um federalista, embora, por força das realidades da vida, tivesse que ser, sobretudo, um monarquista. Como se sabe, Nabuco não seguiu o federalismo que se tornou dominante entre muitos dos seus companheiros de geração, como Ruy Barbosa (1849-1923), abrindo caminho para o republicanismo dos últimos anos do Império. Manteve, por certo, ao longo da vida a sensibilidade liberal, mas, quando escreveu *Um estadista do Império*, aproximou-se dos conservadores no reconhecimento de uma realidade que entendia como inexorável.

Embora tivesse preferido, no campo das idéias, o federalismo, o “poder pessoal” do Imperador pareceu a Nabuco, quando assumiu as funções de historiador, tão necessário para o centralismo do Império quanto este para a unidade da Nação. Para Nabuco, o “poder pessoal” de D. Pedro II se explicava pelo que considerava uma das virtudes do Imperador: sua capacidade de ver a realidade do país e de agir em conseqüência. E a realidade era a incapacidade da sociedade, corrompida pela escravidão, para se fazer representar. Tudo o mais, na política e no sistema institucional do Império, eram conseqüências.

24. CARVALHO, A utopia de Oliveira Viana, loc. cit., p. 22 e seguintes.

Em face dessa visão, a novidade de Oliveira Viana estaria em que a necessidade de centralização do poder nasceria já, não da escravidão, mas do latifúndio e das circunstâncias que este criava à sua volta. Em *Populações meridionais*, Oliveira Viana buscou na história da colônia e do Império as raízes do fenômeno que o preocupava no presente do país independente e republicano. Se Nabuco dizia que o “feudo” do senhor escravocrata conduzia ao “isolamento”, Oliveira Viana quase lhe repete as palavras: o latifúndio “isola o homem”, tornando-o incapaz de relações associativas. No latifúndio, “a solidariedade vicinal se estiola e morre”, e, por isso, a sociedade brasileira é fundamentalmente “insolidária”. E assim tudo se passa “como se não existisse a sociedade”.

Para Oliveira Viana, os latifúndios eram pequenos mundos que simplificavam a estrutura social, produzindo internamente diferenciações sociais que se limitavam aos senhores e seus dependentes. Só havia solidariedade dentro do clã fazendeiro, do clã parental, uma forma espúria de solidariedade, que gerava a patronagem e a política de clã. As instituições liberais do Império (e, por extensão, as da República federativa) serviam apenas para acobertar, como uma espécie de contrafação do *self-government* americano, o domínio do caudilho.

Oliveira Viana voltava, assim, ao tema do “país sem povo”, mas daria um molde novo à velha idéia. Em sua visão, caberia ao Estado organizar a sociedade. Assim como os conservadores do Império acreditavam criar por meio do Estado cidadãos aptos para a democracia, Oliveira Viana queria, por intermédio do Estado organizar a sociedade amorfa. Não que isso devesse significar que o Estado “pode tudo”, pois, para ele, que sempre preferiu começar pelo “país real”, a sociedade existe, como, aliás deixou claro em um projeto de enquadramento sindical que escreveu em janeiro de 1940. Ele queria criar, sob impulsos do Estado, uma sociedade solidária com o barro da sociedade “insolidária”.

O fato, porém, é que chegava ao mesmo ponto de Nabuco, quanto ao sistema institucional: a incapacidade da sociedade de se fazer representar. Era também o mesmo ponto dos conservadores do Império: reforçar o poder central para manter a ordem e assegurar a liberdade individual. Para assegurar a unidade nacional, caberia ao Estado organizar a sociedade, ensiná-la a se organizar, a praticar a solidariedade.

Não é de surpreender o êxito de *Populações meridionais* nos tumultuados anos 1920, que renunciavam o fim da República agrária, em que já as tendências prevaletentes da opinião eram de crítica ao liberalismo e ao federalismo.

A unidade nacional tornara-se, uma vez mais, um tema aberto à luz do dia. Com as rebeliões tenentistas e os freqüentes desacertos entre as oligarquias, as ameaças à ordem deixavam de ser simples figura de retórica. Nos anos de crise da República agrária, a teoria de Oliveira Viana oferecia um fundamento racional e plausível para as alternativas que se vislumbavam. Contrastando com as formas existentes de organização do poder, ele parecia responder a sentimentos predominantes na opinião, em especial nas cidades.

Centralismo e corporativismo

Populações meridionais do Brasil antecipou-se, nos anos 1920, ao que deveria vir nos anos 1930 e 1940, quando o país retomaria o centralismo, num crescendo que o levaria à ditadura de Getúlio Vargas, no Estado Novo. Apesar das aparências mussolinianas, e mesmo de uma aproximação momentânea com a Alemanha nazista, o Estado Novo foi uma ditadura ao estilo luso-brasileiro. Uma ditadura de estilo salazarista, que atendia às exigências corporativistas que pareciam generalizadas não apenas nas tendências prevaletentes na conturbada Europa, mas também no solo da América ibérica.

Nos anos 1930, ao mesmo tempo que o Brasil caminhava para o Estado Novo, o corporativismo se tornava um traço notável do México do general Lázaro Cárdenas (1895-1970), junto com o estatismo e o nacionalismo. Oliveira Viana reconhecia tendências semelhantes também na América do Norte, no *New Deal* de Franklin D. Roosevelt (1882-1945), o que lhe permitiu, em seus escritos moldados no espírito do iberismo, manter como uma constante o fascínio da democracia anglo-saxônica.

Ao aceitar em 1932 o convite para trabalhar no Ministério do Trabalho – um ministério recém-criado e ao qual Getúlio Vargas atribuía grande relevância –, o sociólogo passava a servir à construção de um Estado que ajudara a conceber em teoria. Contribuiu para as leis sociais, buscando, nos moldes do corporativismo, organizar empresários urbanos e trabalhadores urbanos. Os do campo, onde tinha vigência o latifúndio, teriam que ficar para depois. Se na cidade as corporações ajudariam a regular os conflitos já existentes, no campo, regulado pela patronagem, serviriam apenas para criar conflitos onde eles não existiam.

Evidentemente, no corporativismo, organizar a sociedade significa também controlar a sociedade, reforçando, desse modo, o poder do Estado, no qual o governo deveria distinguir-se da administração. Essa distinção, de origem francesa no pensamento do visconde do Uruguai, era freqüentemente repetida por Oliveira Viana em “seu modelo de sociedade sindical e corporativa:



Bairro industrial do Brás, em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX: para Oliveira Viana, corporações de empresários e trabalhadores ajudariam a regular conflitos.

centralização política, descentralização funcional”.²⁵ Assim como os conservadores liberais do Império apoiavam a centralização, mas não convertiam o autoritarismo em um fim em si, Oliveira Viana apoiou um governo ditatorial, mas insistiu o tempo todo que se tratava de uma democracia social.

José Murilo de Carvalho bem assinala que Viana não apoiava a ditadura pela ditadura; antes se enquadrava “na visão ibérica de inspiração católica”, cujo mais ilustre precursor foi José Bonifácio, “uma visão leiga da sociedade e da política, embora informada por valores ligados à tradição católica medieval”.²⁶ A inspiração católica, Oliveira Viana a reconhecia explicitamente, par-

25. CARVALHO, A utopia de Oliveira Viana, loc. cit., p. 20.

26. *Ibidem*, p. 24.

ticularmente em seus textos de política social: a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno* teriam sido os principais guias de sua atuação no Ministério do Trabalho. Era assim de concepção iberista, de raízes católicas, rurais, paternalistas, seu “ideal de sociedade fundada na cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário”.²⁷

O iberismo de Oliveira Viana, contudo, não o impediu de perceber as mudanças do mundo contemporâneo. Nele, o corporativismo, o sindicalismo e a legislação social eram a resposta para a questão de “como organizar este mundo dentro da utopia de uma sociedade harmônica, incorporada, cooperativa”. “A regência da orquestra continuava sendo tarefa do Estado, com a diferença de que agora sua ação ordenadora e educadora não se exerceria sobre os irrequietos clãs rurais, mas sobre os sindicatos, corporações e outras organizações civis. Ao Estado caberia até mesmo forçar classes e categorias sociais a se organizar, pois a organização seria a única maneira de se exercer a cidadania no mundo moderno.” Assim como no Império, “o novo Estado não deixa de ser o grande patriarca benevolente velando sobre o bem-estar da nova grande família brasileira”.²⁸ Evidentemente, o corporativismo de Estado que organiza a sociedade, organiza, sobretudo, o Estado. O corporativismo de Estado é, no essencial, a submissão organizada da sociedade ao Estado.

27. *Ibidem*.

28. *Ibidem*, p. 26 e seguintes.